

Um lugar chamado cultura

Author(s):

[Sara Cura](#) ^[1]

Show Author Info?:

0

A Cultura tem vivido anos turbulentos. Que o digam aqueles que trabalham no sector e que vivem em permanente indefinição perante a reconfiguração das instituições que os enquadram, tutelam ou financiam, perante novas normativas legislativas que cruzam competências entre os vários organismos de forma confusa, diante transferências de responsabilidades (que dão lugar à ausência destas) e claro, duríssimos cortes orçamentais? Tem sido e assim se afigura uma vez mais o «pára/arranca» que deriva de uma ausência de estratégia e de um plano de gestão, para um sector considerado como acessório aos demais.

Infelizmente o que acabo de descrever não é de agora, é a continuidade, agora muito agravada, de uma política governamental que não entende que a cultura permeia todo o estar e pensar das nossas vidas (por mais que falem em transversalidade, não entendem, não concebem, nem aplicam). Cultura é, em larga medida, criação e educação e por isso construção de conhecimento e pensamento crítico, elemento fulcral na garantia de cidadanias livres e conscientes. E é justamente por isso que ela não é algo externo a que os cidadãos devem ter acesso, como se de um luxo se tratasse.

Para além da sua dimensão antropológica e social, são conhecidos os estudos, sobretudo a nível europeu, que demonstram o seu enorme valor económico, bem como o seu potencial para criar emprego sustentável. Todavia, a nível nacional, a cultura é gerida por organismos precários, sem o mínimo de independência política e numa lógica que bem demonstra a sua consideração como elemento despesista na sociedade, enfim um opulento cenário insuportável em época de crise. Quem assim governa esquece que a cultura não é um lugar de serviços a prestar, embora a sua gestão a nível público também passe necessariamente por uma política cultural de serviço. No entanto esta não deve partir do princípio de disponibilização ou oferta, mas antes de múltiplas e iguais possibilidades de trabalho criativo nas artes, de conservação e comunicação no património material e imaterial, de estudo em todos.

Mas a cultura também é gerida a nível local e aqui impõe-se reflectir sobre a relação desta com os organismos que têm mais competências e meios: as autarquias. No que diz respeito à política cultural e num quadro de progressiva globalização, o papel dos órgãos de gestão local é absolutamente determinante. É aqui que residem os factores diferenciadores que importa demarcar numa lógica de integração territorial, social e também económica.

As autarquias estão próximas das pessoas, conhecem as suas necessidades, anseios e

expectativas de bem-estar. Têm uma posição de enorme responsabilidade, porque o podem efectivamente fazer, na construção de mecanismos de comunicação e socialização de novos conhecimentos. É por isto que em matéria de política cultural é fundamental que as autarquias entendam o seu papel de mediação, que vão, na sua concepção de cultura, muito além da programação de eventos ou da garantia de acesso a infra-estruturas. Todos (?) sabemos que iniciativas descontextualizadas e descontinuadas não potenciam nada, porventura uma impressão que, mesmo quando muito boa, é fugaz. Todos sabemos que o formato pacote cultural por encomenda, não é aquele que leva à integração, nem estimula o desejo de actividade cultural por parte das comunidades. Nada contra a itinerância de espectáculos ou exposições pelo país, pelo contrário, o que quero dizer é que estes podem existir, mas é fundamental a consciência de que devem estar enquadrados em projectos culturais e educativos emergentes do conhecimento dos lugares e das expectativas das pessoas que aí vivem. Evidentemente sem correr o risco de os projectos ao olharem para o seu território se fechem sobre si próprios.

É uma questão de optar pela integração, pela construção e evitar a intermitência descontextualizada. Uma opção óbvia mas que esbarra demasiadas vezes no factor despesa, bem como no delicado equilíbrio entre construir com quem está, sem descuidar a atractividade turística. Que o digam as autarquias mais pequenas e entre estas as mais rurais? Nestes casos por muitas razões o papel dos autarcas assume uma responsabilidade maior na forma como lida com a dinâmica da cultura, quem decide e para quem decide? É aqui que é fundamental não esquecer que a cultura é muito mais do que o evento artifício e que as autarquias, com os mais diversos grupos de cidadãos, associações ou entidades, pensem a cultura num quadro de articulação estratégica entre as relações sociais e económicas estruturantes do desenvolvimento sustentável dos seus territórios.

Sumário da Home:

É fundamental não esquecer que a cultura é muito mais do que o evento artifício.

Lead:

É fundamental não esquecer que a cultura é muito mais do que o evento artifício.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opiniao/um-lugar-chamado-cultura>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/autor/sara-cura>